



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10743 - Resumo Expandido - Trabalho - XIV ANPED SUL (2022)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 04 - Estado e Política Educacional

EXPANSÃO DA PRIVATIZAÇÃO NA/DA GESTÃO EDUCACIONAL DAS REDES ESTADUAIS DE ENSINO BRASILEIRAS: ESPAÇOS, AGENTES E INTENCIONALIDADES

Janete Palu - UFPR - Universidade Federal do Paraná

Joélma de Souza Arbighaus - UFPR - Universidade Federal do Paraná

Agência e/ou Instituição Financiadora: Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior-FUMDES

EXPANSÃO DA PRIVATIZAÇÃO NA/DA GESTÃO EDUCACIONAL DAS REDES ESTADUAIS DE ENSINO BRASILEIRAS: ESPAÇOS, AGENTES E INTENCIONALIDADES

Vocês tratam a educação como um negócio onde a ganância, a exploração, e a indiferença são sócios
(Gabriel "O Pensador" - 1995 - Estudo Errado)

Este estudo aborda as diferentes formas e nuances da privatização da educação básica pública, focalizando processos que ocorrem na gestão educacional, em especial, nas redes estaduais de ensino brasileiras. Representa um recorte de uma investigação mais ampla que aborda a temática. Em nossas vivências profissionais e pesquisas realizadas identificamos que as políticas gerencialistas neoliberais, oriundas de um processo mais amplo de reforma do Estado, têm modificado a gestão dos sistemas de ensino e das escolas públicas.

Diante do exposto, pretende-se apresentar, nesse texto, elementos que possam auxiliar na compreensão dos questionamentos: Em que medida a gestão educacional é concebida como um espaço estratégico para a atuação do setor privado e do terceiro setor? Quem são os sujeitos que ocupam/ocuparam as secretarias estaduais de educação brasileiras no período de 2019-2022? Há relação entre os secretários(as) estaduais de educação e os segmentos do setor privado e do terceiro setor?

Visando a elucidar os questionamentos propostos realizou-se pesquisa teórica e bibliográfica de cunho qualitativo, com o intuito de aprofundar e discutir a temática. Na sequência, identificou-se quem são os sujeitos que ocuparam a função de secretários (as)

estaduais de educação, no período de 2019 a fevereiro de 2022, seu perfil, formação e atuação no período que antecede sua posse; para tanto realizou-se pesquisa documental em diversos sites, cujos dados foram submetidos às técnicas de análise de conteúdo (BARDIN, 2016). Por fim, direcionou-se a análise para a região sul do Brasil, observando quem foram os(as) secretários(as) (2019-2022), observando possíveis relações desses com o setor privado e/ou terceiro setor.

Percebe-se que o avanço da privatização ocorre *pari passu* ao avanço e ascensão do neoliberalismo. Num amplo contexto, esses processos são evidenciados a partir dos anos 1980; no Brasil, esse movimento ocorre a partir dos anos 1990, quando é anunciada Reforma do Estado, no governo Fernando Henrique Cardoso (BEHRING, 2008). A partir das reformas neoliberais, a educação passa a ser concebida como uma possibilidade de lucros, para tanto não deve ser ofertada exclusivamente pelo Estado. Para compreendermos as políticas educacionais desse momento histórico, precisamos conhecer as formas e modos de operacionalização que a privatização tem assumido.

Lima (2018) classifica as diferentes expressões das privatizações em dois tipos: *lato* e *stricto sensu*. A privatização *lato sensu* está relacionada aos processos mais amplos, nos quais o Estado e suas instituições são reformados para atender aos interesses do mercado, além de assumirem o modelo organizacional e as formas de gestão do setor privado (LIMA, 2018). Quanto à gestão da educação e da escola pública, essa deve seguir as proposições da teoria geral da administração, sendo as instituições educativas administradas de forma semelhante a qualquer empresa capitalista. Já a privatização *stricto sensu* diz respeito aos processos mais específicos, com a criação de escolas privadas, alteração do estatuto e propriedade das escolas, sua provisão e regulação (LIMA, 2018).

Cássio et al. (2020, p. 4) ressaltam que “a crescente participação de atores não estatais na gestão pública é parte da neoliberalização.” Nessa nova configuração, não somente o governo direciona as políticas públicas, mas os diferentes atores que adentram o Estado adquirem papel importante, caracterizando os processos heterárquicos de administração (CÁSSIO, et al., 2020) e a mudança de governo para governança. Nesse sentido, a nova governança pública abarca atores do setor público, privado e terceiro setor na condução do Estado e suas políticas (BALL, 2013). As fronteiras entre o público e o privado ficam cada vez mais borradas, difíceis de serem identificadas e, por vezes, imbricam-se e entrecruzam-se.

A gestão educacional passa a ser alicerçada nos interesses dos segmentos privados e não a partir de uma concepção de educação como direito de todos(as), uma vez que é a partir da gestão educacional que esses agentes direcionam as políticas educacionais, as quais têm por objetivo a privatização da gestão escolar. Na nova configuração do Estado, alguns atores se constituem em importantes nós (vértices), que conectam e promovem colaborações entre as redes, denominados por Wiliam (2002) apud Cássio et al. (2020) de *boundary spanners*, os quais podem ser identificados como agentes que conectam os setores público e o privado (CÁSSIO et al., 2020).

Diante do exposto, buscou-se identificar quem são os/as secretários(as) estaduais de educação, visando a analisar se há indícios da atuação desses agentes como *boundary spanners*, interligando ou favorecendo de forma direta ou indireta a atuação do setor privado e do terceiro setor, facilitando as diferentes formas de privatização da educação. Foram realizadas buscas nos sites das secretarias estaduais de educação, no portal do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), na Plataforma Lattes, como um número significativo de secretários(as) não possuíam Currículo Lattes, recorreu-se às agências de notícias estaduais e sites locais. Coletou-se as seguintes informações: nome, formação acadêmica, sexo, ano em que assumiu e/ou deixou a pasta, atividade que exerciam antes da nomeação para a secretaria de educação, essas compõem um banco de dados que ampara a pesquisa mais ampla da qual deriva esse escrito.

Vale destacar que, em 2020, as redes estaduais reuniram 15.199.500 estudantes matriculados (32,13% do total da oferta por dependência administrativa no país), representando um importante espaço de disputas, envolvendo o setor público, o setor privado e o terceiro setor, dado a quantidade significativa de recursos públicos a elas destinados, ao grande número de estudantes que integram as respectivas redes e a própria concepção e finalidade de educação a ser ofertada.

Nos dados levantados sobre a formação acadêmica dos/as secretários(as) estaduais da educação, observamos que um dos secretários possui apenas nível médio (RJ), o que corresponde a 4% do total de secretários(as), 3 possuem graduação (DF, MT, PA), o que perfaz 11% do total de secretários(as), 5 possuem especialização *lato sensu* (AL, AM, RO, SC, TO), sendo 18,5% dos secretários(as), 10 possuem mestrado (AP, BA, CE, MA, MS, PR, PE, PI, RN, SP), correspondendo a 37% e, 8 doutorado (AC, ES, GO, MG, PB, RS, RR, SE), o que corresponde a 29,5% do total de secretários(as), 3 secretárias possuem mais de uma graduação (MS,RR, GO).

Quanto à formação acadêmica, a maioria dos/as secretários(as) não possui graduação na área da educação, sendo 15 deles, o que corresponde a 56% do total. Os demais, 44% possuem graduação na área da educação, sendo 7 em pedagogia, 2 em letras, 3 em história, 1 em física e 1 em ciências biológicas. Com relação a outras áreas, 3 secretários(as) possuem formação em administração, 6 em direito, 1 em engenharia civil, 1 em engenharia eletromecânica, 1 em engenharia agrônoma, 1 em comunicação social, 2 em ciências econômica/economia e 1 em ciência da computação, tendo 1 secretário sem graduação. Quando se compara essa investigação ao estudo realizado por THIESEN (2020), observa-se que eram 10 o número de secretários(as) com formação na área da educação, mesmo com as alterações em muitas secretarias estaduais esse número subiu para apenas 12 em 2022.

Com relação ao sexo, as secretarias estaduais de educação e do DF são dirigidas por 12 mulheres (44%) e 15 homens (56%). Esses percentuais não refletem a quantidade de docentes mulheres das redes estaduais do país. No ano de 2019, identificamos que 448.543 mulheres e 207.463 homens atuavam nas escolas das redes estaduais. Em 2020, esse número era de

433.132 mulheres e 205.842 homens, ou seja, em 2019, o percentual de mulheres trabalhando nas redes estaduais era de 68% e de homens 32%. Em 2020, o número de profissionais diminuiu, mas o percentual se manteve aproximadamente o mesmo, 68% mulheres e 32% homens (UFPR, 2022). É possível apontar que “[...] o Estado sempre foi um local de luta, no qual recursos e ‘voz’ foram distribuídos diferentemente entre gêneros, etnias e classes.” (BALL, 2013, p. 179). As mulheres continuam com menos espaço nos locais considerados de poder, mesmo sendo maioria nas redes estaduais de ensino, permanecem em menor número no principal cargo de liderança das secretarias estaduais de educação. Vale destacar que o Ministério da Educação contou com apenas uma mulher no comando da pasta ao longo de sua história.

Em relação ao tempo na gestão nas/das secretarias estaduais no período analisado, percebe-se um índice significativo de governos estaduais que tiveram inconstância na gestão das secretarias da educação. Em 12 estados, aconteceu pelo menos uma troca, chama a atenção o caso do DF que teve 5 trocas de secretários(as) em menos de 4 anos de governo, seguido dos estados de AL e RJ com 4 trocas de secretários(as), depois dos estados do AM e PA com 3 trocas, dos estados do AC, MG, PB, PE, PI, RS e SC com 2 trocas. Nos demais 15 estados, foram mantidos os/as secretários(as) que começaram na pasta no início da gestão. Dentre os motivos para as alterações estão: exoneração por motivo de prisão, como no caso do ex-secretário Pedro Fernandes do RJ, investigações de corrupção, assumir outras secretarias, assumir mandatos políticos, entre outros. Esses fatos indicam que os espaços das secretarias estaduais de educação são espaços de luta, disputas e tensionamentos, que envolvem diferentes setores: público, privado e os partidos políticos.

Observa-se que, embora o critério político seja utilizado para indicação dos/das secretários(as), há grande influência do empresariado na indicação desses sujeitos ou no direcionamento das ações das secretarias. Muitos(as) secretários(as) atuam e ou atuaram em institutos e organizações ligadas ao setor privado e terceiro setor, entre as quais destacamos: Fundação Lemann, Instituto Ayrton Senna, Sistema S., Movimento Todos pela Educação, Empresas do setor de tecnologias, Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Esse indicativo aponta que as fronteiras entre os espaços públicos e privados estão cada vez mais borradas e, muitas vezes, encontram-se imbricadas, com a rotatividade de sujeitos que ocupam ora os espaços públicos, ora os privados ou ambos.

Os/as secretários(as) estaduais de educação, além de ocuparem posição de dirigentes de uma importante secretaria, também, integram o CONSED, instituição que foi criada em 1986 e, “[...] vem progressivamente ocupando lugar de destaque tanto na formulação da política quanto na operacionalização de projetos e ações relacionados com a educação básica brasileira [...]”. (THIESEN, 2020, p. 925). Para o autor, ao longo da sua existência, o CONSED mudou seu papel, inicialmente, relacionado à bandeira da democratização pela defesa da educação e da escola pública, sendo que a partir dos anos 1990 evidencia-se uma aproximação da entidade com organismos internacionais e segmentos privados com interesse mercadológico e mais recentemente às políticas governamentais promovidas pelo Ministério

da Educação, deixando de desempenhar um papel crítico e de resistência associado a primeira fase. (THIESEN, 2020).

Nessa perspectiva, o CONSED pode ser caracterizado como um importante *boundary spanner* visto que, a partir dos anos de 1990, cumpre um papel de agente que conecta os setores público e privado (CÁSSIO et al., 2020), configura-se em um espaço estratégico por meio do qual os organismos internacionais e nacionais reverberam políticas educacionais para as redes estaduais de ensino, uma vez que os/as 27 secretários(as) de educação dos entes federados constituem a associação, esses, por vezes, podem atuar como *boundary spanners*, facilitando a conexão entre agentes públicos e privados nas suas respectivas redes de ensino.

Para aprofundar a temática, tendo em vista o limite deste texto, focalizou-se a atuação dos/as secretários(as) que dirigem/dirigiram as secretarias estaduais de educação no sul do Brasil, com o objetivo de analisar se há aproximações com os segmentos supracitados.

A região sul engloba os estados do Paraná (PR), Santa Catarina (SC) e Rio Grande do Sul (RS). As matrículas da região sul nas redes estaduais correspondiam, em 2020, a aproximadamente 15,56% das matrículas brasileiras (UFPR, 2022).

Na sequência, buscou-se sintetizar quem foram os/as secretários(as) nos respectivos estados, sua formação, atuação, período em que estiveram à frente da pasta, bem como observou-se a incidência de atores privados nas respectivas secretarias.

No PR, em 2019, assumiu a Secretaria da Educação e do Esporte o empresário Renato Feder, formado em Administração de Empresas - Fundação Getúlio Vargas (FGV), mestrado em economia pela Universidade de São Paulo (USP). Ele atuava como *CEO (Chief Executive Officer)* da empresa de tecnologia Multilaser; é um dos fundadores do Ranking dos Políticos. Durante sua gestão (2019-2022) observam-se várias ações que apontam para a expansão da privatização da educação básica, dentre as quais destacamos: a transformação de 197 escolas estaduais da rede em Colégios Cívico-Militares do Paraná (CCM-PR); a contratação de empresa para implantação do aplicativo Aula Paraná, parceria com o Google, visando à utilização dos recursos da plataforma, incentivo ao cumprimento de metas e a implementação da Prova Paraná.

Em 2019, assumiu a Secretaria de Estado da Educação de SC Natalino Uggioni, formado em Ciências - Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), mestrado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atuava no período anterior como Superintendente do Instituto Euvaldo Lodi (IEL), entidade vinculada à Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC). Permaneceu na pasta até 2021. Durante esse período, fora enfatizado o trabalho pautado em metas e indicadores estratégicos. Outro ponto a ser destacado é a centralidade no ensino médio profissionalizante e a realização de parcerias com entidades de tecnologia da informação.

Observa-se, ainda, a interferência da FIESC nas ações da secretaria, como na própria

indicação de Uggioni. Em 2021, assume a pasta Luiz Fernando Cardoso, mais conhecido como Vampiro, o que aponta para as disputas que envolvem as secretarias de educação. Vampiro foi eleito deputado estadual em 2018, já havia atuado em outros setores da administração pública. Deu continuidade às ações do secretário anterior e, em sua posse anunciou a adesão de 3 escolas da rede estadual ao Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim).

Na Secretaria de Estado da Educação do RS, assumiu a pasta, em 2019, o político Faisal Karam, formado em Administração de Empresas pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), implementou uma gestão educacional com foco nos resultados. Deixou a pasta para assumir a vaga de deputado estadual em 2021.

No mesmo ano, Raquel Figueiredo Alessandri Teixeira assumiu a secretaria. Formada em Letras, mestre em linguística, Doutora e PhD em Linguística - *University of California* (Berkeley). É fundadora e integrante do Movimento Todos pela Educação, havia sido secretária de educação no Estado de GO (2017) e coordenava a Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação de SP. Durante seu mandato anunciou o Programa Avançar na Educação e firmou parceria com o Instituto Ayrton Senna.

As diversas parcerias firmadas nos estados do Sul e nos demais estados apontam para o avanço da privatização da/na educação e suas formas de gestão, como alerta Adrião (2018). Vale observar a nomeação de secretários(as) oriundos de outros estados, indicando uma possível interferência de corporações e redes que atuam na educação. Visando a manter os lucros e políticas que atendam aos seus interesses, esses grupos passam a ocupar locais estratégicos, como espaços legislativos, conselhos de educação das diferentes esferas, secretarias estaduais e municipais de educação, o que foi facilitado pela nova configuração do Estado, sobretudo, a partir de sua estrutura heterárquica e pelas novas formas de governança.

Constata-se que a privatização está em curso por meio de diferentes processos; recursos públicos têm sido destinados às empresas privadas e instituições, dinheiro que poderia ser utilizado na melhoria do serviço e da educação pública, valorização dos profissionais da educação, infraestrutura, até mesmo para a qualificação e formação de equipes técnicas que atuam junto às secretarias e suas escolas.

Não obstante, a gestão educacional é um espaço estratégico de atuação do segmento privado, nos casos analisados encontrou-se indícios de que os/as secretários(as) de educação em questão desempenharam o papel de *boundary spanners*, atuando como agentes que promovem de forma direta e indireta a entrada de outras organizações ou sujeitos ligados ao segmento privado e ao terceiro setor junto à educação básica pública estadual, contribuindo, assim, para os diferentes processos de privatização da educação pública e de suas formas de gestão.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Pública. Gestão Educacional e Escolar. Privatização. Secretários(as) Estaduais de Educação.

REFERÊNCIAS

- ADRIÃO, Theresa. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo sem Fronteiras**, [s.l.], v. 18, p. 8-28, 2018. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol18iss1articles/adriao.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2021.
- BALL, Stephen J. Novos Estados, nova governança e nova política educacional. In: APPLE, Michael; BALL, Stephen J.; GANDIN, Luís Armando (Orgs.). **Sociologia da educação: análise internacional**. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 177-189.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: 70, 2016.
- BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- CÁSSIO, Fernando et al. Heterarquização do Estado e a Expansão das Fronteiras da Privatização da Educação em São Paulo. **Educação & Sociedade [online]**, v. 41, 2020. Disponível em: <http://doi.org/10.1590/ES.241711>. Acesso em: 20 dez. 2021.
- LIMA, Licínio Carlos. Privatização lato sensu e impregnação empresarial na gestão da educação pública. **Currículo Sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 129-144, jan./abr. 2018. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol18iss1articles/lima.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2021.
- THIESEN, Juarez da Silva. CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO - CONSED: perfil institucional e alinhamentos com internacionalização. **Revista Espaço do Currículo**, v. 13, n. Especial, 2020. p. 923-934. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rec/article/view/53976>. Acesso em: 26 dez. 2021.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA (UFPR). **Laboratório de Dados Educacionais**. Curitiba, 2022. Disponível em: <https://dadoseducacionais.c3sl.ufpr.br/#/>. Acesso em: 14 jan. 2022.

SITES CONSULTADOS

<https://educacao.rs.gov.br/inicial>

<http://lattes.cnpq.br/>

<https://novaescola.org.br/conteudo/14896/quem-sao-os-novos-secretarios-estaduais-de-educacao-em-todo-o-brasil>

<https://www.consed.org.br/secretarios>

<https://www.educacao.pr.gov.br/>

<https://www.sed.sc.gov.br/>